



CASA DO POVO DE FERMENTÕES
GUIMARÃES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

Relatório de Atividades do ano de 2019

I – Preâmbulo

Na elaboração do plano para o ano de 2019 previmos algumas dificuldades devido aos investimentos que foram necessários nos últimos anos.

Esta previsão revelou-se a realidade, num ano duro para Instituição e particularmente para todos os seus colaboradores.

É, no entanto, nas maiores dificuldades que se criam as maiores oportunidades e todos juntos conseguimos levar a bom porto a nossa atividade, sendo que no final do ano conseguimos criar os alicerces para um 2020 mais sólido e a pensar na concretização de sonhos antigos.

II – Relatório de Atividades respeitante ao ano de 2019

Começamos o ano de 2019 até agosto a desenvolver o subtema “Profissões” do nosso Projeto Educativo “**Vamos pintar o futuro com as nossas mãos!**”. A partir de setembro demos início a um novo Projeto Educativo “**À descoberta da nossa Identidade**”, e ao subtema “Quem somos”, abordando diversos conceitos e conhecimentos do “eu”: o autoconceito, a autorregulação, a autonomia, as regras, o autoconhecimento, os valores. Nas atividades a desenvolver valorizamos a construção da Identidade, do Eu e da Autoestima. Simultaneamente, trabalharemos conteúdos associados à Educação pelos Afetos.

1. Educação e Assuntos Sociais

As Academias Crescer Agindo e Viver Agindo têm como base para o desenvolvimento das suas atividades as normas da Segurança Social, as normas da ISO9001:2015 e os objetivos do Projeto Educativo em vigor.

Em cada ano letivo, a Diretora Técnica de cada valência elabora os Planos Anuais para esse ano pelo que em cada ano civil aplicamos parcialmente dois Planos de Atividades (o Plano para o ano letivo 2018/2019 – janeiro a agosto - e o Plano para o ano letivo 2019/2020 – setembro a dezembro). Todos os clientes e/ou seus responsáveis têm conhecimento destes planos que estão disponíveis para consulta.

Ao elaborar e desenvolver as nossas atividades tentamos criar dinâmicas intergeracionais entre os dois grandes públicos a que prestamos serviços – crianças e idosos. Foi neste pressuposto que desenvolvemos as seguintes atividades em 2019:

- a) **Cantar os Reis** - Os meninos do pré-escolar e os clientes de Centro de Dia e de Centro de Convívio participaram nas respetivas Reisadas organizadas pela Câmara Municipal de Guimarães. Também se cantaram os Reis para os pais.
- b) **Comemoração do Carnaval** – Os seniores participamos no Carnaval organizado pela CMG, e as crianças desfilaram em conjunto com o Agrupamento de Escolas Fernando Távora.
- c) **Comemorações do dia de S. Martinho** – mais uma data comemorada com o envolvimento de toda a Instituição e da escola Eb1 do Motelo.

d) Comemoração de Natal – Manteve-se a dinâmica do ano anterior e pelas especificidades dos nossos clientes, optamos por realizar almoço de Natal para os idosos e Ceia de Natal para os meninos mais velhos do CATL.

Realizamos ainda, uma pequena festa de Natal com os restantes clientes aberta à comunidade educativa.

e) Comemoração de outras datas festivas: Páscoa, Santos Populares, Dia dos Namorados, Dia do Pai, Dia da Mãe, Dia da Criança, Dia da Família, Dia da Árvore, Dia da Alimentação, Dia da Mulher, Dia do Idoso, Dia dos Avós, Dia do Teatro, Dia do Pijama, Dia do Ambiente, Dia das Bruxas e outras;

f) Participação e organização de Atividades ligadas ao subtema “**As Profissões**” do Projeto Educativo, focando as profissões primárias, secundárias e terciárias, nomeadamente com:

- Visitas culturais e aos estabelecimentos para reconhecimento e partilha de diversas profissões e dos 3 setores: primário, secundário e terciário
- Palestras com profissionais de diversas áreas para conhecimento de testemunhos reais sobre algumas profissões.

g) Festa final de Ano Letivo, sob o tema “**As Profissões**”

h) Realização de feirinhas temáticas “Vamos ao Largo”

i) Deslocações ao exterior com caráter lúdico pedagógico: passeios, vistas de estudo, viagens de finalistas;

Continuamos a desenvolver parcerias para apoio à comunidade em geral e em especial aos nossos clientes para lhes proporcionar os serviços de:

- a) **Gabinete Médico**
- b) **Gabinete de Osteopatia**
- c) **Gabinete de Fisioterapia**
- d) **Terapia da Fala**
- e) **Terapia Ocupacional**
- f) **Acompanhamento Psicológico**

1.1. Academia Crescer Agindo

Nas valências que compõem esta Academia (Creche, Pré-escolar e CATL) as atividades são planeadas de acordo com cada grupo de trabalho de forma a atender as suas necessidades e expectativa. Ainda assim, destacamos como atividades gerais:

- a) Participação no “**Meninos Hoje Há Espetáculo**”, iniciativa da CMG.

- b) **Miniférias** – Os finalistas do CATL puderam usufruir de alguns dias de atividades numa casa de turismo de habitação, numa atividade que já é uma tradição.
- c) **Viagem de Finalistas** dos 5 anos – os nossos finalistas do pré-escolar visitaram o Azurara Parque Aventura.
- d) **Dia do Pijama** – iniciativa da Mundos de Vida, pelo direito de toda as crianças terem uma família, é mais uma atividade que ajudamos a promover.
- e) **Nicolinas** – participação no evento organizado pela EB1 de Caneiros.
- f) Participação nas **Miniolimpíadas**, organizadas pela Tempo Livre.

1.2 Academia Viver Agindo

Além das atividades socioculturais, os serviços de Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário desenvolvem atividades de apoio instrumental ao quotidiano e que promovem o conforto e manutenção de autonomia dos utentes, pensando sempre nas necessidades individualizadas de cada um. Destacamos algumas atividades promovidas de forma geral:

- a) Comemoração do **Dia dos Avós** com participação na iniciativa da CMG, entre outras iniciativas internas
- b) **Comemoração do Dia Mundial do Idoso** - no Multiusos em Guimarães, com participação de todas as instituições do concelho.
- c) Participação em diversas **iniciativas organizadas pela Biblioteca Raul Brandão**.
- d) Atividades diversas tais como: canto, olaria, dança e educação física

1.3 GAAS – Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social

Também aqui o apoio individualizado às famílias é primordial. Mas há sempre atividades que fazem sentido desenvolver-se para este público em geral, sempre com o objetivo de promoção das competências, capacidades e autoestima dos participantes. Neste sentido, desenvolveram-se em 2019:

- a) **Visitas culturais e sociais**~
- b) Participação na **Semana pelo combate à pobreza e exclusão social**;
- c) Participação na iniciativa **“Maratona de Cartas”** em parceria com a Amnistia Internacional
- d) **Atelier de Costura Zig Zag**
- e) **Dinamização do grupo de teatro As Vitórias**

- f) **Programa ROMA** – acompanhamento e supervisão de uma jovem contemplada com a bolsa de estudo

1.4 POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

Este Projeto iniciado em 2017 foi renovado no final de 2019, tendo concretizado e até ultrapassado os objetivos propostos, ajudando 37 agregados constituídos por mais de 100 pessoas da Freguesia de Fermentões.

2. Gestão Financeira, Económica e Patrimonial

Num ano financeiramente mais difícil fizeram-se ainda assim, alguns investimentos inadiáveis para manter em funcionamento o conjunto vasto de serviços que oferecemos. Assim:

- a) Dotamos as salas de todas as valências de equipamento pedagógico totalmente novo
- b) Realizamos a auditoria de renovação do **Certificado da Qualidade**, segundo a norma **NP EN ISO 9001:2015**.
- c) Apresentamos **candidaturas** aos mais diversos programas disponíveis de forma a tornar possível as alterações realizadas e a modernização dos nossos serviços.
- d) Promovermos diagnóstico e auditoria por uma empresa externa especialista na área com os objetivos principais de reorganizar/reestruturar os serviços da CPF; e de Fundamentar candidatura ao Fundo de Socorro Social.

3. Cooperação e Relações Institucionais

3.1 Participação em cooperativas

A cooperação com outras entidades que façam sentido à comunidade geral da Freguesia e da cidade de Guimarães foi sempre um dos *ex libris* da Casa do Povo de Fermentões. Neste sentido manteve-se a cooperação com:

- a) Régie Cooperativa Aliança Artesanal;
- b) Régie Cooperativa A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães;
- c) Régie Cooperativa Tempo Livre;
- d) NAVE – Serviços de Apoio à Gestão Empresarial, cooperativa de responsabilidade limitada;
- e) Farramundanes – Cooperativa Editorial e Desenvolvimento Integrado de Fermentões;
- f) ENGENHO E OBRA – Agência para o Desenvolvimento e Cooperação, CIPRL;
- g) UniNorte - União Cooperativa Polivalente da Região Norte, CRL.

3.3 Parcerias Locais, Regionais e Internacionais

No mesmo sentido do ponto anterior, estabelecemos novas parcerias sempre que façam sentido e renovamos as existentes:

Entidades públicas:

- a) Junta de Freguesia de Fermentões;
- b) Câmara Municipal de Guimarães;
- c) Centro Distrital de Braga do ISS – Instituto da Segurança Social;
- d) Agrupamento de Escolas Fernando Távora;

Entidades privadas (formais e não formais):

- a) Fundação INATEL
- b) CETEC – Centro de Estudos de Técnicos de Contas de Guimarães
- c) Grupos de Escuteiros AEP e CNE de Fermentões
- d) h) Associação Pele
- e) i) Régie Cooperativa Taipas Turitermas
- f) Biblioteca Raul Brandão
- g) Farmácia Nunes de Sá
- h) Gabinete Médico Dr. Macedo
- i) FARRAMUNDANES – Cooperativa Editorial e Desenvolvimento de Fermentões
- j) AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave
- k) Centro Social das Taipas

4. Intervenção Cultural

4.1 Museu de Agricultura de Fermentões

- a) Visitas e acolhimento de Iniciativas

Assumindo-se como um Museu Comunitário, todas as iniciativas do Museu da Agricultura têm como objetivo servir a sua comunidade e o seu desenvolvimento,

Foi neste sentido que o Museu desenvolveu e/ou acolheu várias iniciativas, tais como:

- Encontro dos antigos alunos da Escola do Motelo
- Visita de vários grupos escolares do Concelho de Guimarães, incluindo de alunos de Erasmus do Agrupamento de Escolas Fernando Távora
- Visita de grupos de utentes Sénior de Instituições sociais do Concelho de Guimarães
- Visita de turistas estrangeiro oriundos de diversos locais tais como: Brasil, Guiné, Inglaterra e Holanda.

b) Exposições e Tertúlias

Além da exposição das peças já conhecidas do ano anterior e dos seus Núcleos Temáticos sobre o Linho na Escola EB1 do Motelo e **sobre “A Vinha e o Vinho Verde”**, na Escola EB1 Nossa Senhora da Conceição

- Inauguração da **Exposição Permanente de Canecas Artísticas** – cerca de 400 peças oferecidas pelo saudoso amigo Dr. Rui Mesquita de Freitas Oliveira.

c) Organização, participação em eventos e parcerias:

- Promoção de diversas iniciativas para **Comemoração do Dia Internacional dos Museus**
- Promoção de diversas iniciativas no âmbito das **Jornadas Portuguesas do Património**
- Participação na **Feira da Terra 2019**, em S. Torcato, promovida pela ADCL
- Participação no **Conselho Consultivo da Incubadora Rural** da Câmara Municipal de Guimarães
- Participação nas **Comemorações da CMG do Dia Mundial do Turismo**
- Participação no **Encontro Nacional de Museus Comunitários**, na cidade do Fundão
- Integração do **Projeto EU-LAC Museums** - Rede Europa América Latina e Caraíbas, coordenado pelo Museu Nacional de Arqueologia, bem como na **plataforma DROPS** – Plataforma Internacional para Ecomuseus e Museus Comunitários.

d) Iniciativas de angariação de fundos

- Convívios gastronómicos da **Confraria Gastronómica do “Arroz de Frango Pica no Chão”**;
- Dinamização da **Loja do Museu** – parceria com Oficina de Olaria, da Mestre Oleira Maria Fernanda Braga e com o Grupo de Mulheres Bordadeiras Flores de Linho – Bordados de Guimarães.

e) Obras de beneficiação

Foram efetuadas pequenas trabalhos de organização e manutenção do Museu, designadamente no tratamento de peças do acervo museológico.

4.1 Grupo Folclórico de Fermentões

Foram promovidas diversas atividades, bem como incentivada a participação noutras:

- a) Representação em vários **Festivais de Folclore Nacionais**
- b) **Festival Nacional de Folclore de Fermentões** que é sempre um dos pontos altos da Festa do Agricultor;
- c) Um conjunto de **27 atuações** para grupos de turistas que visitam Guimarães, num restaurante da cidade, numa parceria com uma agência de viagens.
- d) Feira Multicultural;
- e) Sábados Típicos;
- f) Noite da Francesinha;

4.3 NTOG- Núcleo do Teatro do Oprimido de Guimarães

As Vitórias estrearam **nova peça “Bem me quer, mal me quer”**, uma história real de uma vítima de violência doméstica.

O objetivo deste tipo de iniciativa foi amplamente atingido com as participantes a adquirirem competências a nível pessoal, social e de relacionalmente interpessoal, sendo também o reflexo do seu empenho, talento e dedicação ao grupo. Por outro lado, as sessões de teatro fórum promoveram discussões muito ricas e permitiram informar sobre estruturas e entidades que permitem apoiar as vítimas de violência doméstica.

Este grupo manteve o seu papel assumidamente ativista, informando e participando em ações que promoveram a sensibilização para os temas relacionados com a violência de género, como foi exemplo a sua participação na **Greve Internacional Feminista**.

4.4 Café “O Largo”

Na perspetiva de melhorar o serviço e diversificar a oferta ao público sem deixar de ser uma plataforma de apoio às diversas atividades da instituição, pensou-se num novo modelo de gestão.

4.5 Biblioteca Popular de Fermentões

A Biblioteca Popular de Fermentões continua a servir de base a diversas iniciativas e atividades desenvolvidas pelas valências da Casa do Povo de Fermentões.

4.6. Outras atividades culturais

Algumas atividades às quais reconhecemos a sua importância para a Freguesia são desenvolvidas com apoio da CPF apesar de serem de responsabilidade exclusiva de outras entidades formais ou informais.

- a) Escola de **Danças de Salão**
- b) Oficina de **Olaria**
- c) Escola de **“Bordados de Guimarães”**

5. Recreação, Organização e Promoção de Eventos

5.1 Festa do Agricultor de Fermentões

Em 2019 voltamos a realizar a Festa do Agricultor e apesar de várias dificuldades internas, conseguimos organizar uma Festa que honrou e prestigiou o seu nome.

5.2. Aniversário da Casa do Povo

O aniversário da Instituição foi comemorado de forma simples e privada entre Direção, Colaboradores e Voluntários. Não abdicamos, no entanto, da habitual **Missa e Romagem ao cemitério em** homenagem aos ativistas que faleceram no último ano.

5.3 Iniciativa “Vamos ao Largo”

Há diversas iniciativas que as valências da Casa do Povo de Fermentões desenvolvem que são abertas à sua comunidade:

- a) **S. Martinho**, organizado pelas valências sociais em conjunto com a Escola EB1 do Motelo
- b) **Feira de Outono**, organizada pelo GAAS e que as envolveu as restantes valências sociais
- c) **Festa de Natal**, organizada pelas valências sociais
- d) **Sarau de Poesia**, iniciativa produzida e promovida pelo Agrupamento de Escolas Fernando Távora

6. Organização Administrativa, Inovação e Comunicação

Mantivemos os meios de comunicação de temos privilegiado ao longo dos últimos anos: redes sociais - através da página geral da Instituição páginas do **Facebook** e/ou através da página de cada uma das valências-, **página Institucional (www.cpfermentos.com)** e envio de SMS a sócios e clientes.

7. Desporto

Foram preenchidas as exigências e participamos nos compromissos das competições oficiais em que cada uma das equipas de Andebol de acordo com o seu escalão. De destacar a ótima participação da equipa sénior na 1ª divisão nacional de andebol, que contra todas as expetativas por ser a única equipa absolutamente amadora neste escalão, conseguiu manter-se nesta divisão.

Ainda assim e apesar deste notável trabalho, dificuldades irreconciliáveis obrigaram-nos a iniciar a nova época desportiva com decisões difíceis e simultaneamente importantes que se traduziram em novas apostas: Com efeito, numa decisão tão difícil quanto ponderada, apresentamos desistência do campeonato de Andebol 1; Pela primeira vez na história da instituição formamos e inscrevemos duas equipas nos escalões jovens femininos (iniciadas e juvenis).

Para apoio à atividade desportiva foram desenvolvidas diversas atividades:

- a) 5ª Edição da “**Fermentões Andebol Christmas Cup**”;
- b) Organização do **FESTAND**;

À semelhança da área cultural, orgulhamo-nos de apoiar outras modalidades desportivas, que não sendo da nossa responsabilidade direta, estão incubadas na estrutura de apoio desportivo e representam uma verdadeira mais valia para a comunidade:

- a) Escola de **Patinagem Artística**

III – Conclusão

Vivemos um 2019 particularmente difícil, no entanto, no seu final, definiram-se alguns meses mais tranquilos e em que boas perspetivas se começaram a alinhar. Sendo um ano duro, não deixou de ser um ano importante na história desta Organização e que a enriqueceu de diferentes formas, permitindo aquilo que acaba por ser o mais importante, a sua evolução.

Fermentões, 08 de abril de 2020.

A DIRECÇÃO

O Presidente

(José da Silva Fernandes)

O Vice-Presidente para a Gestão Financeira, Económica e Patrimonial

(Jerónimo Alberto Cardoso Marques)

O Vice-Presidente para a Organização Administrativa, Inovação e Comunicação

(Marco Rui dos Reis Amorim)

A Vice-Presidente e para a Área da Educação e Assuntos Sociais)

(Maria Elvira Ribeiro Ferreira Magalhães)

O Vice-Presidente para o Desporto:

(Luís Filipe Mora)

A Vice-Presidente para Intervenção Cultural:

Elsa Manuela Martins Ribeiro;

O Vice-Presidente para a Área Recreativa, Organização e a Promoção de Eventos

Salvador Castro Silva

O Tesoureiro

Augusto Laurindo de Castro Amorim

O Secretário

Bernardino da Silva Lemos

Certificação da aprovação pelos Órgãos competentes da Casa do Povo

Aprovado em reunião de Direção realizada em 08/04/2020

O Presidente

Deliberado _____ por _____ em sessão da Assembleia-Geral realizada em 14/09/2020

A Mesa da Assembleia-Geral



CASA DO POVO DE FERMENTÕES
GUIMARÃES

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

1 - Introdução

A **CASA DO POVO DE FERMENTÕES**, com sede social no Largo da Casa do Povo, freguesia de Fermentões, do concelho de Guimarães, tem como atividade principal Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e..

O presente Relatório de Gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da actividade exercida no período económico findo em **31 de dezembro de 2019**.

É elaborado nos termos da legislação em vigor e contem uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição da instituição, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos rendimentos e gastos, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Breve memória descritiva da instituição

A Casa do Povo de Fermentões é uma pessoa coletiva de utilidade pública de base associativa, localizada na freguesia de Fermentões, concelho de Guimarães. A sua criação, por Alvará do Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, assinado em 29 de janeiro de 1977, resultou da vontade de alguns cidadãos comuns, que desejavam promover o desenvolvimento local da Freguesia, sobretudo no apoio aos mais desprotegidos socialmente, tendo por base toda uma história de atividades anteriormente desenvolvidas pelo Grupo de Teatro Gil Vicente, pelo Centro Católico de Cultura e pelo Centro Cultural e Recreativo de Fermentões.

Em 2001, a Casa do Povo de Fermentões foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social.

2 - Enquadramento Económico

Devido às tensões políticas, nomeadamente entre os Estados Unidos e o Irão, e a tensões comerciais, em especial entre a China e os Estados Unidos, ao enfraquecimento do investimento privado e ao nível elevado de incerteza política, alguns dos analistas preveem um enfraquecimento do crescimento global para este e próximos anos.

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico.

Uma política monetária mais flexível deverá ajudar a recuperar a economia no curto prazo. No médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO₂, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

2.1 A Nível Internacional e Europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da atividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, refletindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008.

Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias com um maior nível de stresse e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019.

Nas economias avançadas, esta estabilização da atividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED).

Apesar de continuar a verificar-se um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no setor produtivo, mas algum enfraquecimento no setor dos serviços.

Quanto ao comércio global, este registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. Em termos anuais, a OCDE estima um desaceleramento, devendo situar-se em 1,0%, o valor mais baixo desde 2009.

Relativamente aos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um crescimento significativo no segundo trimestre de 2019 (2%), a economia americana voltou a estagnar, resultado dos fracos níveis de investimento, bem como do desvanecimento dos efeitos das reformas tributárias feitas em 2018. Para o total do ano, o FMI prevê um crescimento de 2,3%.

Já a economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos setores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28).

Já para o conjunto do continente europeu, o FMI aponta uma taxa de crescimento de 1,4%, bastante inferior ao verificado em 2018 (2,3%), notando-se uma forte diferença entre as economias avançadas, que registaram um decréscimo de 0,1% face a 2018, e as economias emergentes, que cresceram 0,5%.

Em termos comerciais, na EA19 registou-se um enfraquecimento da demanda externa, especialmente nos países membros orientados para a exportação. Devido sobretudo à queda dos preços da energia, notou-se uma diminuição da inflação que, segundo projeções da Comissão Europeia, deverá situar-se em 1,2% em 2019 para a EA19 e nos 1,5% para a EU. Em relação ao deficit soberano, manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, permanecendo na EA19 nos 0,7% no segundo e terceiro trimestres e nos 0,9% para a EU28, em ambos os trimestres. A Comissão Europeia aponta também para uma dívida pública agregada da EA19 de 86,4% em 2019 e

de 80,6% para a EU28. Contudo, em relação ao deficit agregado para 2019, tanto na EA19 como na EU28, prevê-se um ligeiro aumento de 1 e de 2 pontos percentuais, respetivamente, face aos mínimos históricos registados até 2018.

Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. A população desempregada diminuiu 7,2% em relação ao ano passado, enquanto que a população empregada aumentou 1,0%, com uma forte contribuição das mulheres (1,2%), prolongando assim o ciclo de aumentos verificados desde 2014.

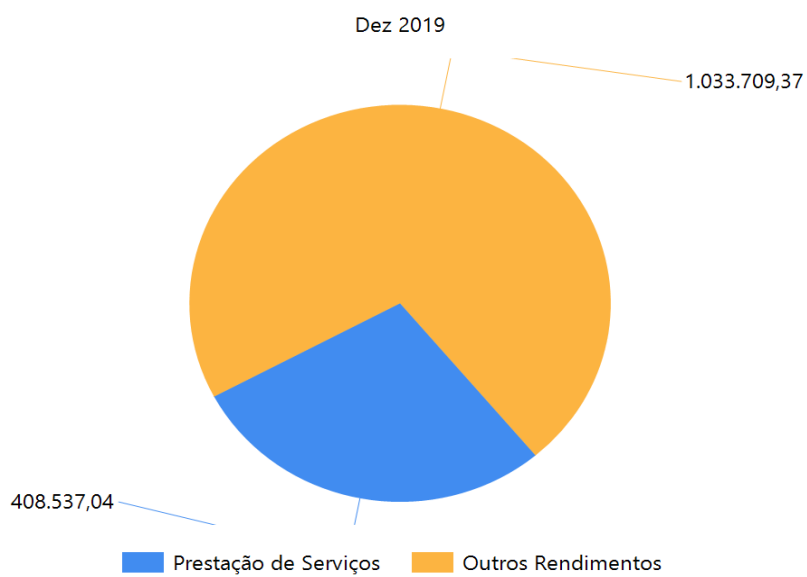
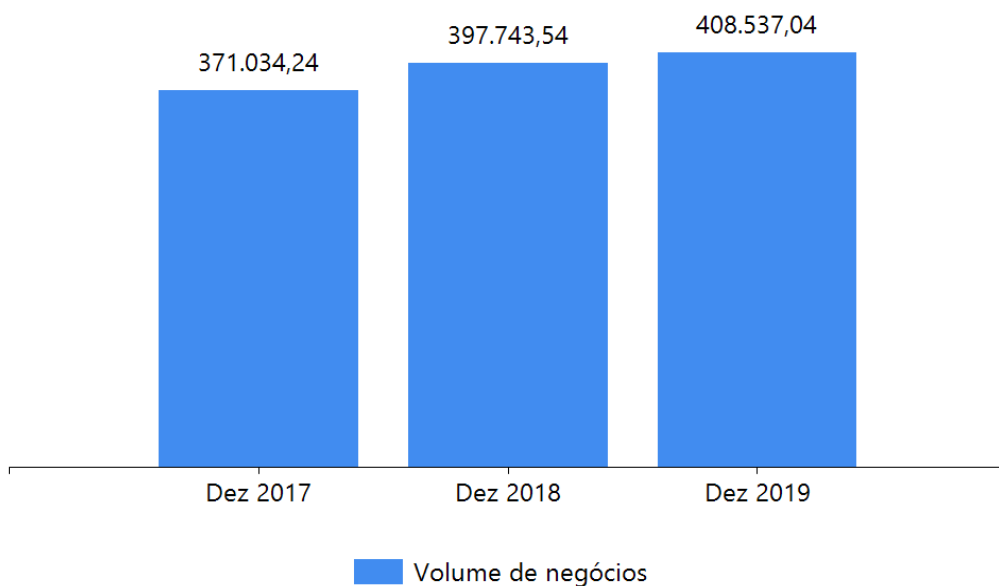
A melhoria da situação no mercado de trabalho implicou um maior dinamismo dos salários, tendo-se registado nos três primeiros trimestres de 2019 um aumento de 2,8% em termos homólogos das remunerações por trabalhador.

O crescimento do consumo público fez-se também sentir nas Administrações Públicas que, no conjunto dos três primeiros trimestres de 2019, registaram um saldo positivo de 1,0% do PIB, face aos 0,4% registados no período homólogo. Ainda assim, em relação ao terceiro trimestre de 2019, registou-se um aumento da despesa superior ao da receita, de 1,1% e 0,6% respetivamente. Do lado da despesa, registaram-se aumentos tanto na despesa de capital (2,8%) como na despesa corrente (0,9%). Em relação à receita, o crescimento de 0,6% deveu-se ao aumento de 0,8% da receita corrente, que mais que compensou a diminuição de 16,7% da receita de capital. Este resultado positivo da receita corrente deveu-se ao aumento dos impostos sobre a produção e importação (0,4%) e das contribuições sociais (1,7%). Em comparação com o mesmo trimestre de 2018, verificou-se tanto um aumento da despesa total (4,3%) como da receita total (2,3%). A balança de bens e serviços deverá tornar-se deficitária em 2019, refletindo a evolução da balança de bens, devido ao forte crescimento real das importações, enquanto se prevê uma ligeira diminuição do excedente da balança de serviços.

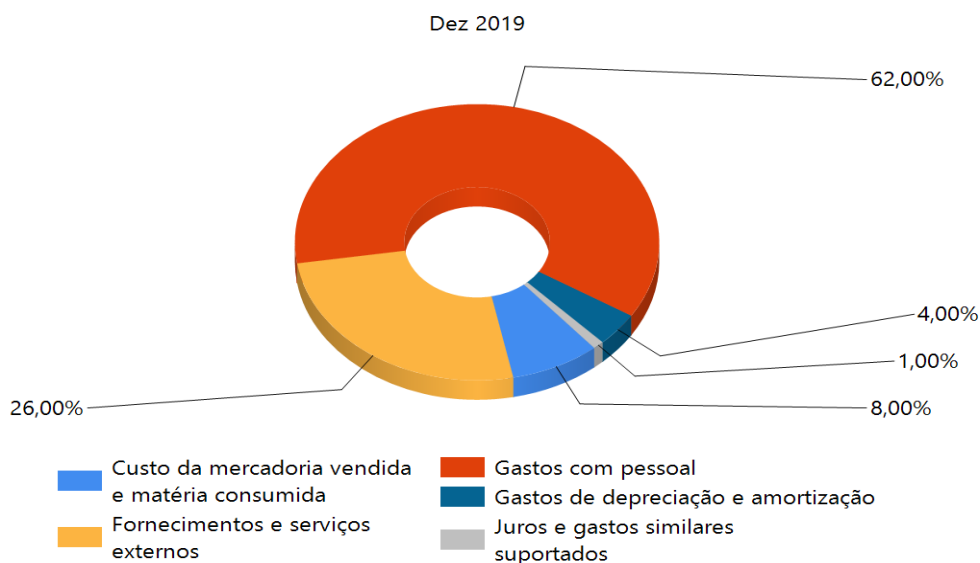
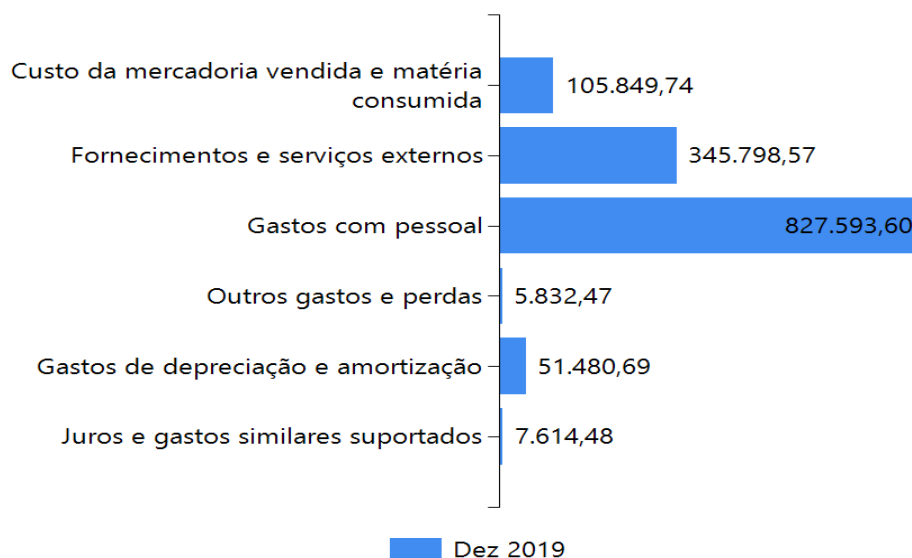
- Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2019 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela instituição. De facto, o volume de negócios (serviços prestados) atingiu um valor de 408.537,04 €, representando uma variação positiva de 2,71% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



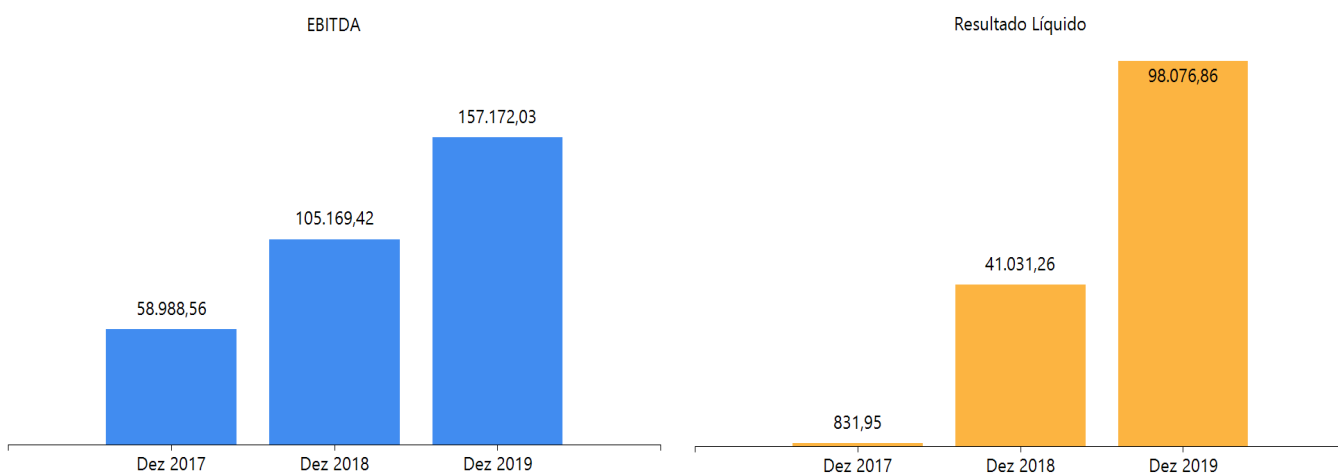
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da instituição, sendo que se destaca uma subida significativa dos gastos com fornecimentos e serviços externos, motivada pela alteração da política de gestão do Snak-Bar “O Largo” que passou, a partir de setembro, a funcionar em regime de subcontratação de serviços (incluindo géneros e produtos) em detrimento da compra direta, o que motivou a “transferência” deste gasto de CEVC para FSE , bem como pelo acréscimo de gastos com uma ação de formação comunitária, gastos com a Festa do Agricultor (que não se havia realizado em 2018), de entre outros de menor expressão:



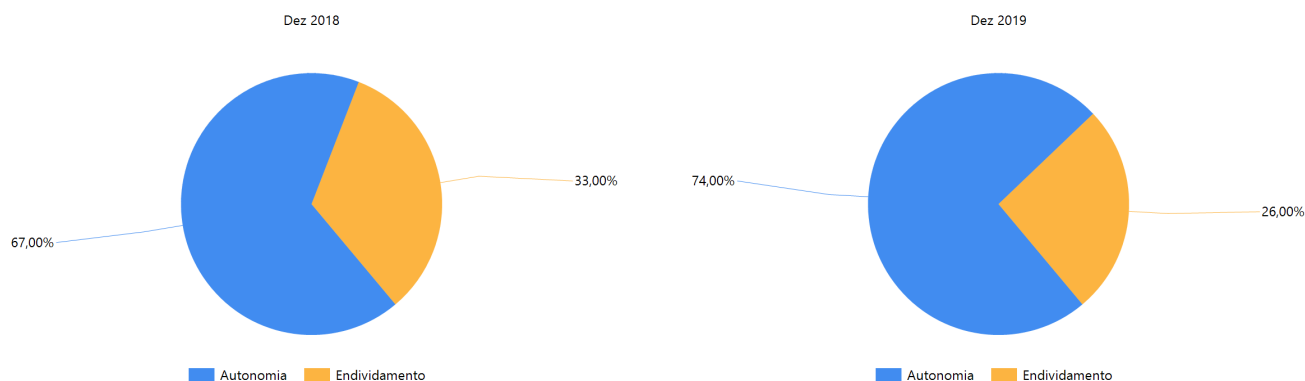
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos, sendo que este se mantém estável. Verifica-se um crescimento da massa salarial em cerca de 2,5% fruto dos ajustamentos salariais ocorridos para os diferentes grupos funcionais de colaboradores, pela subida do salário mínimo, bem como pela contabilização da estimativa de gasto com Férias e Subsídios de acordo com a projeção orçamental para o ano 2020. Ainda assim, também derivado de algum absentismo, o gasto total ficou abaixo do valor orçamentado para o conjunto do ano.

Rúbricas	PERÍODO		
	Dez 2017	Dez 2018	Dez 2019
Gastos com Pessoal	792.323,31	807.443,52	827.593,60
Nº Médio de Pessoas	56,00	56,00	56,00
Gasto Médio por Pessoa	14.148,63	14.418,63	14.778,46

Na sequência do exposto, fruto de um exercício francamente positivo do ponto de vista económico, a instituição apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA (com um crescimento de 49,5%) e de Resultado Líquido (com um crescimento de 139%).



Em resultado desta boa dinâmica económica, a posição financeira da CPF apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira (passou de 67% para 74%) e endividamento geral (reduziu de 33% para 26%):



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da instituição através da análise dos seguintes itens de balanço:

Rúbricas do Balanço	Período		
	Dez 2017	Dez 2018	Dez 2019
Ativo não corrente	2.247.828,12	2.205.404,26	2.168.602,83
Ativo corrente	254.683,94	304.675,33	214.485,78
Total ativo	2.502.512,06	2.510.079,59	2.383.088,61
Capital Próprio	1.744.898,62	1.693.297,47	1.766.371,21
Passivo não corrente	325.972,35	267.784,14	213.421,68
Passivo corrente	431.641,09	548.997,98	403.295,72
Total Capital Próprio e Passivo	2.502.512,06	2.510.079,59	2.383.088,61

Como se pode verificar, o passivo total teve uma redução de 32,5% (-24,5 p.p. e -200.064,72€ em valor absoluto), sendo que, podemos concluir, o esforço de investimento dos últimos anos em mais e melhores equipamentos, começa agora a ser consolidado com desempenho económico o que, se tudo continuar a correr pelo melhor conforme se perspectiva, se traduzirá também num impacto positivo ao nível do desempenho financeiro, nomeadamente, com o aliviar de alguma pressão sobre a tesouraria de curto prazo.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A CASA DO POVO DE FERMENTÕES no período económico findo apresentou um resultado líquido positivo de 98.076,86€, propondo-se a seguinte aplicação:

- Transferência do montante total para a conta de Resultados Transitados para cobertura de prejuízos acumulados em anos anteriores.

5 - Expetativas Futuras

5.1 - Cenário macroeconómico

No World Economic Outlook de Janeiro, o FMI prevê um crescimento global de 3,3% para 2020 e de 3,4% para 2021, reflexo de uma melhoria da performance em muitos dos países emergentes na América Latina e no Médio Oriente, ainda assim notando alguma resiliência na atividade económica de alguns países emergentes e em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia, México, Rússia e Turquia, bem como uma desaceleração da atividade económica na China que, apesar dos esforços em relação às negociações comerciais com os Estados Unidos, não deverá ser suficiente para que no curto prazo consiga melhorar o seu desempenho económico, prevendo-se então um crescimento de 6,0% em 2020 e de 5,8% em 2021. Nas economias avançadas, o FMI prevê que o crescimento se situe nos 1,6% durante este e o próximo ano. No longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população.

Em relação ao comércio, o FMI aponta para uma melhoria na atividade produtiva e nas trocas comerciais em geral, reflexo da estabilização das políticas monetárias, das expetativas positivas sobre as negociações comerciais entre os Estados Unidos e a China, e da diminuição do receio de uma não negociação do Brexit. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expetativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respetivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022.

Para os Estados Unidos, prevê-se um crescimento mais moderado, devendo situar-se nos 2% em 2020 e nos 1,7% em 2021.

Quanto ao Reino Unido, prevê-se uma estabilização do crescimento, devendo situar-se nos 1,4% em 2020 e nos 1,5% em 2021, enquanto se espera uma saída pacífica da União Europeia e uma gradual transição para uma nova relação económica, ainda assim com alguns riscos associados a estas negociações.

Sobre a União Europeia, as perspetivas do crescimento global são frágeis. As tensões comerciais no setor produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado atualmente.

Para este e o próximo ano a Comissão Europeia aponta para a continuidade da expansão económica, prevendo para a EA19 um PIB de 1,2% e 1,3%, respetivamente. Quanto à EU28, espera-se um PIB de 1,4% para ambos os anos. Para o conjunto do continente europeu, o FMI prevê uma ligeira recuperação para 2020, estimando um crescimento de 1,8%, com uma forte contribuição dos países emergentes, onde se prevê um crescimento de 2,5%, enquanto que apenas se prevê um crescimento de 1,5%, nos países desenvolvidos.

O mercado de trabalho permanecerá forte, com o desemprego a diminuir, mas a um ritmo mais lento, onde a Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego para 7,4% e 7,3% em 2020 e 2021, e no caso da EU28 para 6,2% em ambos os anos.

As taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão manter-se em níveis historicamente baixos até 2024.

Para além do aumento da incerteza e das tensões comerciais, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global.

Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um risco associado ao enfraquecimento dos setores comercial e produtivo, que

poderá arrastar-se para os restantes setores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o setor dos serviços.

Um fator positivo ao crescimento da zona euro seria o investimento em políticas fiscais expansionistas em alguns dos países membros. Considerando um horizonte mais precário, e com um nível de riscos elevado, as políticas fiscais deverão ter um papel mais ativo, principalmente nos países onde a atividade enfraqueceu ou poderá desacelerar de forma considerável.

Os países terão de cooperar na resolução dos problemas comerciais e quebrar as barreiras recentemente impostas. Terão também de trabalhar em conjunto no tocante às emissões de gases de estufa e do aumento das temperaturas globais. Nos países onde a sustentabilidade da dívida não é um problema, poderão ser adotadas medidas direcionadas para as alterações climáticas, tais como o investimento em infraestruturas.

No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

5.2 - Cenário Interno

Segundo projeções do Banco de Portugal, com um horizonte até 2022, apontam para uma trajetória de desaceleração da atividade económica, onde se prevê um crescimento de 1,7% para 2020 e de 1,6% em 2021 e 2022, ainda assim superior ao da média da EA19. Esta evolução corresponde a um processo de maturação do ciclo económico, traduzindo-se numa aproximação do ritmo de crescimento potencial.

O principal contributo para este crescimento será dado pela procura interna, apesar de se tornar progressivamente menor, reduzindo-se para 1,1% em 2022, bem como pelo aumento das exportações, mas também a verificar-se um decréscimo do seu contributo, em parte devido ao fraco dinamismo do comércio mundial. Para 2020, o Banco de Portugal prevê uma taxa de crescimento das exportações de 2,6%, aumentando ligeiramente no restante horizonte de projeção, devendo situar-se nos 3% em 2022. Contudo, existe um forte risco associado a estas projeções, devido à incerteza que rodeia o comércio mundial.

Apesar desta evolução das exportações, continuará a verificar-se um défice da balança de bens e serviços, pois continuará a registar-se um crescimento das importações superior ao das

exportações. Contudo, as importações deverão apresentar uma trajetória de progressiva desaceleração, devendo situar-se nos 3,9% em 2022, devido sobretudo à redução do contributo do investimento, reflexo também da desaceleração da FBCF empresarial. Já a balança corrente e de capital irá manter-se, em média, com um saldo excedentário durante o horizonte de projeção.

Em termos líquidos, tanto o consumo privado como o consumo público assumem um menor peso no PIB, sendo que para o primeiro o Banco de Portugal projeta uma desaceleração gradual ao longo do período de projeção, devendo situar-se nos 1,7% em 2022, em consonância com a trajetória do rendimento disponível.

Em relação ao investimento empresarial, o INE estima uma desaceleração de dois pontos percentuais, face à sua estimativa para 2019, devendo situar-se em 2020 nos 3,6%.

Quanto à inflação, projeta-se um aumento durante o período de projeção, devendo, contudo, manter-se em níveis baixos, prevendo que se situe nos 1,4% no final do horizonte de projeção, sendo os salários o que mais contribui para estes valores reduzidos. Como tal, o único fator de risco ascendente associado a este indicador será o possível aumento do salário mínimo, bem como eventuais subidas de tarifas, ainda assim sendo contrabalançados pelo impacto descendente de uma evolução menos favorável da atividade.

Quanto ao emprego, este deverá continuar a crescer, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, resultado da maturação do ciclo económico, que contribuirá para a limitação da oferta de trabalho. Quanto à taxa de desemprego, também deverá continuar a sua trajetória descendente durante o horizonte de projeção, prevendo que se situe nos 5,6% em 2022, o valor mais baixo verificado desde 2003. O crescimento do emprego reflete em especial a absorção de trabalhadores desempregados e o ligeiro aumento da população ativa, não obstante a continuação da tendência ligeiramente descendente da população total, que irá beneficiar do aumento da taxa de participação feminina, bem como do aumento da idade média de reforma e do saldo positivo dos fluxos migratórios.

No horizonte de projeção, antecipa-se um crescimento médio dos salários nominais de 3,1%, influenciado pela atualização do salário mínimo e, relativamente ao setor público, pelo descongelamento gradual das progressões salariais na administração pública.

Neste contexto de limitações ao crescimento do emprego, é crucial aumentar a produtividade. O produto por trabalhador continua a ser inferior aos níveis médios da EA19, o que está associado aos níveis de escolaridade e de capital por trabalhador relativamente baixos.

Ao longo do horizonte de projeção, a capacidade de financiamento da economia portuguesa face ao exterior, medida pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, deverá situar-se em média nos 0,5% do PIB, bem abaixo dos 1,7% verificados no período 2014-18.

O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

5.3 Evolução previsível da instituição

O cenário macroeconómico mais ou menos estável com que nos deparávamos, a evolução positiva da economia nacional e as medidas – duras, mas necessárias - que fomos incrementando ao longo do mandato, perspectivavam a continuação em crescendo dos resultados positivos que a Casa do Povo tem vindo a apresentar. E dizemos perspectivavam – ao invés de perspectivam -, porque já no decorrer da elaboração deste Relatório se abateu sobre Portugal, a Europa e de uma maneira geral sobre o Mundo, algo que, infelizmente, mudará para sempre a forma como olhamos a economia e de como ela será capaz de absorver os efeitos sistémicos da pandemia que, invariavelmente, nos levará a uma nova abordagem de vivência comunitária e onde, estamos convictos, as instituições de solidariedade social terão um papel cada vez mais determinante na diluição dos efeitos catastróficos que tal realidade nos vai impor. Ainda assim, acreditamos que com maior ou menor dificuldade e, agora mais do que nunca, com o apoio das entidades oficiais, será possível alcançar um desempenho económico equilibrado, ainda que ajustado a uma nova realidade.

Por outro lado e porque como dissemos a nossa ação terá cada vez mais uma maior importância, prosseguiremos rumo aos objetivos que nos propusemos alcançar, pelo que, estamos convictos, 2020 marcará o início da construção do “Eco Lar/Residencial Sénior”, uma obra que se constituirá como um novo paradigma pela abordagem diferenciadora de resposta social no apoio à nossa população sénior. Uma vez mais, a Casa do Povo de Fermentões estará - com este investimento de grande vulto e relevância - à altura da sua responsabilidade social, pugnano pelo cumprimento dos seus objetivos sociais no apoio à população que serve, prosseguindo os princípios consagrados nos Estatutos da instituição.

Por tudo isso, a nossa perspectiva quanto ao futuro - apesar de prudente - é positiva

6 – Investimentos

Em ativos tangíveis, durante o ano de 2019, realizaram-se investimentos de pequena monta em equipamento administrativo e Outros Ativos Fixos, num montante global de 13.445,96 €.

7 - Outras Informações relevantes

- A CASA DO POVO DE FERMENTÕES não dispõe de quaisquer sucursais.
- Em 01/09/2019, para gestão e operação do Snak-Bar “O Largo”, foi celebrado um contrato de prestação de serviços (que inclui fornecimento de géneros e produtos) com a empresa “Chocolate Soft & Companhia, Lda”. Nos termos do acordo, o contrato evoluirá para uma cessão de exploração logo que obtida a necessária autorização da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a transferência da mediação dos “Jogos Santa Casa”.
- Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afectem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2019.
- Não foram realizados negócios entre a instituição e os seus dirigentes, nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos.
- A Casa do Povo não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas actividades. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela instituição;
- Relativamente à pendência jurídica com a empresa responsável pela construção do novo Centro de Dia ao abrigo do programa PARES, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, por douda decisão de 22/07/2019 **a instância foi dada como extinta**. Este contencioso jurídico teve origem na não conclusão a obra nas condições contratualizadas e se tornarem infrutíferas as diligências junto da referida entidade com vista à conclusão e reparação dos evidentes defeitos detetados.
- Foi constituído registo de propriedade horizontal sobre os imóveis da CPF inscritos na matriz predial urbana sob os nºs. 1453, 1454, 1455, nos termos da escritura pública realizada já no início do ano curso a 21 de janeiro.

- Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal.
- Não existem dívidas em mora perante a Segurança Social. Para as situações de pagamentos fora de prazo foram negociados os respectivos planos de pagamentos que estão a ser escrupulosamente cumpridos.
- No final de 2019, o número de sócios inscritos e ativos era de 542, tendo-se registado a entrada, no decorrer do ano, de 9 novos sócios.
- A gestão do ficheiro de sócios é processada em c/c individualizada em software adequado e certificado, sendo integrado, à posteriori, no sistema de contabilidade.
- A gestão do ficheiro de utentes/clientes é processada em c/c individualizada em software certificado sendo integrado, à posteriori, no sistema de contabilidade.
- Seguindo as orientações e validação por parte das entidades competentes, a CPF tem em vigor um **Plano de Contingência** no âmbito da pandemia COVID-19;
- Por decisão da Direção de 02/07/2020, foi autorizada a publicação, no sítio da Casa do Povo, das demonstrações financeiras e demais documentos da prestação de contas, a partir daquela data.

8 - Considerações Finais

Expressamos o nosso agradecimento a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes/Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento, qualidade e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa instituição.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais se constituem como elementos fundamentais para a sustentabilidade da CASA DO POVO DE FERMENTÕES.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31/12/2019, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

A DIRECÇÃO

O Presidente

(José da Silva Fernandes)

O Vice-Presidente para a Gestão Financeira e Patrimonial

(Jerónimo Alberto Cardoso Marques)

O Vice-Presidente para a Organização Administrativa, Inovação e Comunicação

(Marco Rui dos Reis Amorim)

A Vice-Presidente e para a Área da Educação, Assuntos Sociais e Saúde

(Maria Elvira Ribeiro Ferreira Magalhães)

O Vice-Presidente para a Área Desportiva:

(Luís Filipe Mora)

O Vice-Presidente para Intervenção Cultural:

Elsa Manuela Martins Ribeiro;

O Vice-Presidente para a área Recreativa, Organização e a Promoção de Eventos

Salvador Castro Silva

O Tesoureiro

Augusto Laurindo de Castro Amorim

O Secretário

Bernardino da Silva Lemos

Certificação da aprovação pelos Órgãos competentes da Casa do Povo

Aprovado em reunião de Direção realizada em 08/04/2020

O Presidente da Direção,

Deliberado _____ por _____ em sessão da Assembleia-Geral realizada em 14/09/2020

A Mesa da Assembleia-Geral,

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		Dez 2019	Dez 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.157.045,04	2.193.828,00
Ativos intangíveis	5	4.033,00	5.284,77
Investimentos financeiros		2.649,75	2.649,75
Outros créditos e ativos não correntes		4.875,04	3.641,74
		2.168.602,83	2.205.404,26
Ativo corrente			
Inventários	7	3.977,90	5.847,30
Créditos a receber	11	171.088,76	247.624,01
Estado e outros entes públicos		3.685,11	6.174,83
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11	24.228,46	21.801,46
Diferimentos		1.268,77	1.210,74
Caixa e depósitos bancários		10.236,78	22.016,99
		214.485,78	304.675,33
Total do ativo		2.383.088,61	2.510.079,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	23.974,14	23.974,14
Resultados transitados		-119.120,28	-160.151,54
Excedentes de revalorização	4;5	1.612.997,48	1.612.997,48
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	150.443,01	175.446,13
Resultado líquido do período		98.076,86	41.031,26
Total dos fundos patrimoniais		1.766.371,21	1.693.297,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6;11	154.639,34	162.701,20
Outras dívidas a pagar	11	58.782,34	105.082,94
		213.421,68	267.784,14
Passivo corrente			
Fornecedores	11	113.882,81	112.028,78
Estado e outros entes públicos		50.997,24	61.381,75
Financiamentos obtidos	6;11	84.474,72	110.832,74
Diferimentos		25.640,87	96.018,70
Outros passivos correntes	11;12	128.300,08	168.736,01
		403.295,72	548.997,98
Total do passivo		616.717,40	816.782,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.383.088,61	2.510.079,59

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do
período findo em 31-12-2019
(montantes em EURO)**

CASA DO POVO DE FERMENTÕES

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	23.974,14			-160.151,54	1.612.997,48	175.446,13	41.031,26	1.693.297,47		1.693.297,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					41.031,26		-25.003,12	-41.031,26	-25.003,12		-25.003,12
	7				41.031,26		-25.003,12	-41.031,26	-25.003,12		-25.003,12
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							98.076,86	98.076,86		98.076,86
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							73.073,74	73.073,74		73.073,74
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6+7+8+10	23.974,14			-119.120,28	1.612.997,48	150.443,01	98.076,86	1.766.371,21		1.766.371,21

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do
período findo em 31-12-2019
(montantes em EURO)**

CASA DO POVO DE FERMENTÕES

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	23.974,14			-128.354,20	1.612.997,48	235.449,25	831,95	1.744.898,62		1.744.898,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-31.797,34		-60.003,12	-831,95	-92.632,41		-92.632,41
	2				-31.797,34		-60.003,12	-831,95	-92.632,41		-92.632,41
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							41.031,26	41.031,26		41.031,26
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-51.601,15	-51.601,15		-51.601,15
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	23.974,14			-160.151,54	1.612.997,48	175.446,13	41.031,26	1.693.297,47		1.693.297,47

**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo
em 31-12-2019
(montantes em EURO)**

CASA DO POVO DE FERMENTÕES

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2019	Dez 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		427.108,70	422.542,23
Pagamentos a fornecedores		457.899,17	332.769,43
Pagamentos ao pessoal	12	896.080,09	797.494,90
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-926.870,56</u>	<u>-707.722,10</u>
Outros recebimentos/pagamentos		965.717,79	755.530,82
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		38.847,23	47.808,72
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	15.477,55	3.438,37
<i>Ativos intangíveis</i>	5		6.341,22
<i>Investimentos financeiros</i>		1.233,30	1.033,37
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,04	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-16.710,81	-10.812,96
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	140.135,59	95.972,13
<i>Doações</i>		10.507,43	18.803,41
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	174.555,47	160.275,86
<i>Juros e gastos similares</i>	6	10.004,18	11.428,49
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-33.916,63	-56.928,81
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-11.780,21	-19.933,05
Caixa e seus equivalentes no início do período		22.016,99	41.950,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>10.236,78</u>	<u>22.016,99</u>

**Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo para ESNL) do
período findo em 31-12-2019
(montantes em EURO)**

CASA DO POVO DE FERMENTÕES

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2019	Dez 2018
Vendas e serviços prestados	8	408.537,04	397.743,54
Subsídios, doações e legados à exploração	10	945.213,69	770.881,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-105.849,74	-131.239,52
Fornecimentos e serviços externos	8	-345.798,57	-228.256,92
Gastos com o pessoal	12	-827.593,60	-807.443,52
Outros rendimentos	8	88.495,68	108.047,84
Outros gastos		-5.832,47	-4.563,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		157.172,03	105.169,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	-51.480,69	-52.709,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		105.691,34	52.459,75
Juros e gastos similares suportados	6	-7.614,48	-11.428,49
Resultado antes de impostos		98.076,86	41.031,26
Resultado líquido do período		98.076,86	41.031,26

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CASA DO POVO DE FERMENTÕES

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade.....	4
1.1 - Dados de identificação.....	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado.....	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.....	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.....	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	5
3.1 - Principais políticas contabilísticas.....	5
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas.....	8
4 - Ativos fixos tangíveis.....	8
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.....	8
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:.....	9
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:.....	9
4.2 - Outras divulgações.....	9
5 - Ativos intangíveis.....	10
5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis.....	10
5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:.....	10
5.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:.....	10
5.2 - Outras divulgações.....	10
6 - Custos de empréstimos obtidos.....	11
6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:.....	11
6.2 - Outras divulgações.....	11
7 - Inventários.....	11
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.....	11
7.2 - Quantia escriturada de inventários.....	11
8 - Rendimentos e gastos.....	12
8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.....	12
8.2 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos.....	12
9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	13
9.1 - Passivos contingentes.....	13

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	13
10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas.....	13
10.2 - Principais doadores / fontes de fundos.....	14
11 - Instrumentos financeiros.....	15
11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros.....	15
11.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:.....	15
11.3 - Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:.....	15
11.4 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.....	16
11.4.1 - Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:.....	16
11.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:.....	16
12 - Benefícios dos empregados.....	17
12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas.....	17
12.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade.....	18
12.3 - Outras divulgações.....	18
13 - Acontecimentos após a data do balanço.....	18
13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.....	18
14 - Divulgações exigidas por diplomas legais.....	19
14.1 - Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:.....	19
15 - Locações.....	20
15.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:.....	20
15.2 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.....	20
18 - Agricultura.....	20
18.1 - Informação por atividade económica.....	20
18.2 - Informação por mercado geográfico.....	21
18.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	21
19 - Outras divulgações.....	22
19.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:.....	22
19.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições.....	22

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: CASA DO POVO DE FERMENTÕES

Número de identificação de pessoa coletiva: 500939470

Lugar da sede social: LARGO DA CASA DO POVO FERMENTOES

Campo#N/D GUIMARÃES

Endereço eletrónico: geral@cpfermentos.com

Página da internet: www.cpfermentos.com

Natureza da atividade:CAE: 88990 Atividade: outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.

CAE secundário: 56302 Bares

Designação da empresa mãe imediata (não aplicável):

Sede da empresa-mãe imediata (não aplicável):

Designação da empresa mãe final (não aplicável):

Sede da empresa-mãe final (não aplicável):

Toda a informação de carácter financeiro está expressa em euros.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer

rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2019 são integralmente comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. As alterações introduzidas aplicaram-se pela primeira vez ao exercício de 2016.

A partir do período de 2016 passou a registar-se os movimentos da rubrica Sócios - Quotizações na rubrica 26.4 Quotas.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos" se favoráveis e "Outros gastos" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando

nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	Modelo custo	linha recta		2,00 - 10,00
Equipamento básico	Modelo custo	linha recta		2,00 - 20,00
Equipamento de transporte	Modelo custo	linha recta		12,50
Equipamento administrativo	Modelo custo	linha recta		5,00 - 33,00
Equipamentos biológicos	n.a.			n.a.
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo custo	linha recta		5,00 - 10,00

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	320.400,00	2.365.479,96	143.851,95	155.166,92	131.176,31	0,00	35.635,54	0,00	0,00	3.151.710,68
Depreciações acumuladas	0,00	555.969,73	135.517,63	122.610,36	108.149,42	0,00	35.635,54	0,00	0,00	957.882,68
Saldo no início do período	320.400,00	1.809.510,23	8.334,32	32.556,56	23.026,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.193.828,00
Variações do período	0,00	-39.380,16	-2.660,55	-4.650,94	6.995,12	0,00	2.913,57	0,00	0,00	-36.782,96
Total de aumentos	0,00	0,00	169,40	0,00	10.249,05	0,00	3.027,51	0,00	0,00	13.445,96
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	169,40	0,00	10.249,05	0,00	3.027,51	0,00	0,00	13.445,96
Total diminuições	0,00	39.380,16	2.829,95	4.650,94	3.253,93	0,00	113,94	0,00	0,00	50.228,92
Depreciações do período	0,00	39.380,16	2.829,95	4.650,94	3.253,93	0,00	113,94	0,00	0,00	50.228,92
Saldo no fim do período	320.400,00	1.770.130,07	5.673,77	27.905,62	30.022,01	0,00	2.913,57	0,00	0,00	2.157.045,04
Valor bruto no fim do período	320.400,00	2.365.479,96	72.836,43	121.108,32	62.499,32	0,00	6.850,91	0,00	0,00	2.949.174,94
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	595.349,89	67.162,66	93.202,70	32.477,31	0,00	3.937,34	0,00	0,00	792.129,90

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	320.400,00	2.365.479,96	143.851,95	155.166,92	128.265,09	0,00	35.635,54	0,00	0,00	3.148.799,46
Depreciações acumuladas	0,00	516.589,57	130.472,66	117.959,42	105.649,63	0,00	35.753,50	0,00	0,00	906.424,78
Saldo no início do período	320.400,00	1.848.890,39	13.379,29	37.207,50	22.615,46	0,00	-117,96	0,00	0,00	2.242.374,68
Variações do período	0,00	-39.380,16	-5.044,97	-4.650,94	411,43	0,00	117,96	0,00	0,00	-48.546,68
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	2.911,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2.911,22
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	0,00	0,00	2.911,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2.911,22
Total diminuições	0,00	39.380,16	4.927,01	4.650,94	2.499,79	0,00	0,00	0,00	0,00	51.457,90
Depreciações do período	0,00	39.380,16	4.927,01	4.650,94	2.499,79	0,00	0,00	0,00	0,00	51.457,90
Outras transferências	0,00	0,00	-117,96	0,00	0,00	0,00	117,96	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	320.400,00	1.809.510,23	8.334,32	32.556,56	23.026,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.193.828,00
Valor bruto no fim do período	320.400,00	2.365.479,96	143.851,95	155.166,92	131.176,31	0,00	35.635,54	0,00	0,00	3.151.710,68
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	555.969,73	135.517,63	122.610,36	108.149,42	0,00	35.635,54	0,00	0,00	957.882,68

4.2 - Outras divulgações

A existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos: Os prédios propriedade da casa do Povo encontram-se hipotecados como garantia de um financiamento bancário - BPG - Banco Português de Gestão, S.A., no montante de 200.000,00 euros, correspondentes aos artigos matriciais n.ºs 1453,1454 e 1455.

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computadores	Modelo custo	linha recta		16,77
Propriedade industrial	Modelo custo	linha recta		16,77
Outros ativos intangíveis				

Os ativos intangíveis referem-se a programas de computador.

5.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	1.484,61	6.341,22	0,00	0,00	0,00	7.825,83
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	1.484,61	2.308,22	0,00	0,00	0,00	3.792,83
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	0,00	1.484,61	6.341,22	0,00	0,00	0,00	7.825,83
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	1.484,61	1.056,45	0,00	0,00	0,00	2.541,06
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	5.284,77	0,00	0,00	0,00	5.284,77
Variações do período	0,00	0,00	0,00	-1.251,77	0,00	0,00	0,00	-1.251,77
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	0,00	0,00	1.251,77	0,00	0,00	0,00	1.251,77
Total diminuições	0,00	0,00	0,00	1.251,77	0,00	0,00	0,00	1.251,77
Saldo no final do período	0,00	0,00	0,00	4.033,00	0,00	0,00	0,00	4.033,00

5.2 - Outras divulgações

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

O custo dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	196.034,06	84.474,72	111.559,34	7.614,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	196.034,06	84.474,72	111.559,34	7.614,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	43.080,00	0,00	43.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	43.080,00	0,00	43.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	239.114,06	84.474,72	154.639,34	7.614,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	229.083,94	101.082,74	128.001,20	11.428,49	11.428,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	229.083,94	101.082,74	128.001,20	11.428,49	11.428,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	44.450,00	9.750,00	34.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	44.450,00	9.750,00	34.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	273.533,94	110.832,74	162.701,20	11.428,49	11.428,49	0,00	0,00	0,00	0,00

6.2 - Outras divulgações

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	7.614,48	11.428,49
Juros de financiamentos suportados	7.614,48	11.428,49
Juros de empréstimos bancários	7.614,48	0,00
Outros juros de financiamentos suportados	0,00	11.428,49

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio custo médio ponderado. Na imputação dos custos aos inventários, foi usado o sistema de custeio total.

7.2 - Quantia escriturada de inventários

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	1.943,10	3.904,20	5.847,30	1.995,60	3.785,99	5.781,59
Compras	0,00	103.980,34	103.980,34	0,00	131.305,23	131.305,23
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	1.943,10	2.034,80	3.977,90	1.943,10	3.904,20	5.847,30
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	105.849,74	105.849,74	52,50	131.187,02	131.239,52
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- a fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	0,00	353,77
Prestação de serviços	408.537,04	397.389,77
Juros	0,04	0,00
Outros réditos	37.228,50	38.991,03
Total	445.765,58	436.734,57

8.2 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	71.460,13	2.928,00
Serviços especializados	79.142,33	81.725,67
Trabalhos especializados	42.769,56	42.218,51
Vigilância e segurança	4.653,59	4.888,89
Honorários	11.715,75	15.100,20
Conservação e reparação	12.682,57	11.267,95
Outros	7.320,86	8.250,12
Materiais	33.401,47	14.821,53
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	770,64	2.540,45
Material de escritório	1.912,26	2.261,10
Artigos para oferta	523,96	320,08
Outros	30.194,61	9.699,90
Energia e fluidos	50.282,17	51.490,44
Eletricidade	29.077,51	30.307,79
Combustíveis	13.464,82	13.597,28
Água	7.699,64	7.585,37
Outros	40,20	0,00
Deslocações, estadas e transportes	45.068,26	35.216,93
Deslocações e estadas	40.790,37	29.928,56
Transportes de pessoal	2.920,00	2.925,55
Outros	1.357,89	2.362,82
Serviços diversos	66.444,21	42.074,35
Rendas e alugueres	7.043,74	8.160,00
Comunicação	7.091,58	8.894,25
Seguros	5.713,38	4.685,90
Contencioso e notariado	0,00	15,00
Limpeza, higiene e conforto	12.853,05	16.195,94
Outros serviços	33.742,46	4.123,26
Total	345.798,57	228.256,92

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1 - Passivos contingentes

Por anomalias várias na execução da obra de construção do Cento de Dia da Casa do Povo, contruído ao abrigo do programa PARES, foi em 2013 acionada a garantia bancária para assegurar o gasto de reparação das referidas anomalias. Continua em aberto o contencioso jurídico, cujo processo encontra-se a ser dirimido no tribunal competente, sendo impraticável estimar o seu efeito financeiro e dadas as incertezas que se relacionem com a quantia ou momento de ocorrência de qualquer exfluxo.

De acordo com a informação do advogado que acompanhou todo este processo, foi-nos transmitida a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga "determinando a extinção da instância" em Julho de 2019.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

- A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos em - Outras Variações nos Fundos Patrimoniais - Subsídios (59.3).

Subsequentemente, relativamente aos subsídios relacionados com ativos depreciables, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como "Subsídios à exploração" na demonstração dos resultados.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	25.003,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	25.003,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	25.003,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	934.598,53	0,00	10.615,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	934.598,53	25.003,12	10.615,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	70.000,00	0,00	60.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	70.000,00	0,00	60.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	35.000,00	0,00	60.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	717.691,05	752.078,39	752.078,39	17.326,00	18.803,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	787.691,05	752.078,39	812.081,39	17.326,00	18.803,41	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2 - Principais doadores / fontes de fundos

Fontes dos Subsídios - valores imputados como rendimentos do exercício de 2019

(7511) - Centro Regional Segurança Social - 627.983,21

(7512) - Segurança Social - POAPMC - 3.922,83

(7513) - Estado-FSE (POISE) - 50.503,03

(7514) - Fundo Socorro Social - 140.000,00

(75151) - Município de Guimarães - 108.964,46

(75152) - Junta de Freguesia Fermentões - 3.000,00

Doações / Donativos - 6.282,73

Consignação 0,5% IRS IVA - 4.557,43

11 - Instrumentos financeiros

11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

A instituição reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo, exceto os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que são mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

11.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	23.974,14	0,00	0,00	23.974,14
Resultados transitados	-160.151,54	0,00	41.031,26	-119.120,28
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	1.612.997,48	0,00	0,00	1.612.997,48
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	0,00	0,00	1.612.997,48	1.612.997,48
Outros excedentes	1.612.997,48	0,00	-1.612.997,48	0,00
Outras variações nos capitais próprios	175.446,13	0,00	-25.003,12	150.443,01
Subsídios	175.446,13	0,00	-25.003,12	150.443,01
Total	1.652.266,21	0,00	16.028,14	1.668.294,35

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	23.974,14	0,00	0,00	23.974,14
Resultados transitados	-128.354,20	0,00	-31.797,34	-160.151,54
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	1.612.997,48	0,00	0,00	1.612.997,48
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	1.612.997,48	0,00	-1.612.997,48	0,00
Outros excedentes	0,00	0,00	1.612.997,48	1.612.997,48
Outras variações nos capitais próprios	235.449,25	0,00	-60.003,12	175.446,13
Subsídios	235.449,25	0,00	-60.003,12	175.446,13
Total	1.744.066,67	0,00	-91.800,46	1.652.266,21

11.3 - Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:

Os prédios propriedade da casa do Povo encontram-se hipotecados como garantia de um financiamento bancário - BPG

- Banco Português de Gestão, S.A., no montante de 200.000,00 euros, correspondentes aos artigos matriciais n.ºs 1453, 1454 e 1455, sendo em 31 de Dezembro de 2019 a dívida de capital no montante de 13.908,47 euros.

Garantias Bancárias:

Entidade Financeira	Detalhes da garantia	Montante
		0,00

11.4 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

11.4.1 - Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Dívidas de cobrança duvidosa - discriminação:

Descrição	Valor Período
Relativos a processos de insolvência e recuperação	0,00
Reclamadas judicialmente	0,00
Em mora:	0,00
Há mais de seis meses e até doze meses	0,00
Há mais de doze meses e até dezoito meses	0,00
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses	0,00
Há mais de vinte e quatro meses	0,00
Total	0,00

11.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer perda por imparidade.

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	195.317,22	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	59.329,99	0,00	0,00
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	0,00	0,00	24.228,46	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	111.758,77	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	300.965,23	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	113.882,81	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	239.114,06	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	187.082,42	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	6.835,77	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	2.497,58	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	4.338,19	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-7.614,44	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-7.614,48	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	269.425,47	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	57.805,22	0,00	0,00
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	0,00	0,00	21.801,46	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	189.818,79	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	385.847,73	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	112.028,78	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	273.533,94	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	273.818,95	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	67.378,34	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	62.005,21	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	5.373,13	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-11.428,49	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-11.428,49	0,00	0,00

12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	57,00	101.665,00	58,00	100.622,76
Pessoas remuneradas	55,00	100.665,00	56,00	99.622,76
Pessoas não remuneradas	2,00	1.000,00	2,00	1.000,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	55,00	10.418,00	56,00	99.622,76
Pessoas a tempo completo	55,00	10.418,00	56,00	99.622,76
(das quais pessoas remuneradas)	55,00	90.247,00	56,00	99.622,76
Pessoas na tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	55,00	100.665,00	56,00	99.622,76
Masculino	6,00	10.418,00	7,00	12.450,00
Feminino	49,00	90.247,00	49,00	87.172,76

Os Órgãos Sociais da Casa do Povo de Fermentões durante o período de relato financeiro, são os seguintes:

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente - José Ferreira Mendes - Sócio n.º 7

Vice-Presidente - Joana Alice de Lemos Costa - Sócio n.º 280

Secretário - Diana Patrícia Macedo Ribeiro - Sócio n.º 277

Direção

Presidente - José da Silva Fernandes - Sócio n.º 91

Vice-Presidente - Jerónimo Alberto Cardoso Marques - Sócio n.º 165

Vice-Presidente - Marco Rui dos Reis Amorim - Sócio n.º 195
 Vice-Presidente - Elsa Manuela Martins Ribeiro - Sócio n.º 276
 Vice-Presidente - Salvador Castro Silva - Sócio n.º 63
 Vice-Presidente - Maria Elvira Ribeiro Ferreira Magalhães - Sócia n.º 411
 Vice-Presidente - Luís Filipe Ferreira Mora - Sócio n.º 188
 Tesoureiro - Augusto Laurindo de Castro Amorim - Sócio n.º 9
 Secretário - Bernardino da Silva Lemos - Sócio n.º 126

Conselho Fiscal

Presidente - José Manuel Martins Marques - Sócio n.º 407
 1º Vogal - Hugo Miguel Pacheco Faria - Sócio n.º 135
 2º Vogal -

Os órgãos sociais da Instituição não auferem qualquer tipo de remuneração pelas funções que exercem, assim como não lhes foi concedido qualquer adiantamento ou crédito. Não existem quaisquer compromissos assumidos em matéria de pensões.

12.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- 1) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento.
- 2) Não é previsível que ocorram outras situações para os anos futuros a não ser que haja qualquer imponderável ou imprevisto.
- 3) Não são aplicáveis aqui quaisquer outros benefícios que sejam de relevar nesta informação.

O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	827.593,60	807.443,52
Remunerações do pessoal	669.959,26	650.743,50
Indemnizações	13.200,00	13.200,00
Encargos sobre as remunerações	136.023,21	136.282,24
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	8.005,23	7.052,78
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	405,90	165,00

12.3 - Outras divulgações

Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos.

Não foram assumidos quaisquer valores relativos à Direcção da Casa do Povo, por não ser remunerada a qualquer título, nem a outro órgão social.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O Impacto do Covid-19 no reporte financeiro:

A pandemia causada pela doença COVID-19, para além de consistir numa grave emergência de saúde pública, teve inúmeras consequências de ordem económica e social,

O surto pandemico que decorre nos primeiros meses de 2020, acrescenta dificuldade em perspectivar a evolução futura de curto prazo da economia e do nível de actividade nos diversos mercados em que a Casa do Povo de Fermentões está presente;

Deste modo, em resposta à pandemia a Casa do Povo implementou medidas de higiene e segurança acrescidas para proteger os recursos humanos, recurso a teletrabalho quando possível, recurso a formas de "layoff" simplificado;

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia Covid-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a entidade não consegue antecipar totalmente o impacto destes acontecimentos nas suas demonstrações financeiras.

No entanto, em resultado da avaliação efectuada, o órgão de gestão concluiu que a Casa do Povo dispõe de recursos adequados para manter a actividade, não havendo intenção de cessar a actividade no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019.

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 - Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Os contratos de locação financeira referem-se a viaturas de serviço da Casa do Povo.

Locações - desagregação:

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos futuros pagamentos mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Locações - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos futuros pagamentos mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

15 - Locações

15.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	14.582,76	0,00	5.656,93	8.925,83
Depósitos à ordem	7.434,23	0,00	6.123,28	1.310,95
Total	22.016,99	0,00	11.780,21	10.236,78

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8.441,61	6.141,15	0,00	14.582,76
Depósitos à ordem	33.508,43	0,00	26.074,20	7.434,23
Total	41.950,04	6.141,15	26.074,20	22.016,99

15.2 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os valores inscritos nas rubricas de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

18 - Agricultura

18.1 - Informação por atividade económica

A actividade principal desenvolvida de acordo com os fins estatutários da Casa do Povo e com a classificação nacional de actividades:

- 88990 - Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.;
- 88101 - Actividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento;
- 88910 - Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento e como secundária 56302 - Bares.

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88990	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	408.537,04	408.537,04
Compras	103.980,34	103.980,34
Fornecimentos e serviços externos	345.798,57	345.798,57
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	105.849,74	105.849,74
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	105.849,74	105.849,74
Número médio de pessoas ao serviço	55,00	55,00
Gastos com o pessoal	827.593,60	827.593,60
Remunerações	669.959,26	669.959,26
Outros gastos	157.634,34	157.634,34
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2.157.045,04	2.157.045,04
Total das aquisições	13.445,96	13.445,96
Propriedades de investimento		

Informação por CAE - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	353,77	353,77
De mercadorias	353,77	353,77
Prestações de serviços	397.389,77	397.389,77
Compras	131.305,23	131.305,23
Fornecimentos e serviços externos	228.256,92	228.256,92
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	131.239,52	131.239,52
Mercadorias	52,50	52,50
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	131.187,02	131.187,02
Número médio de pessoas ao serviço	56,00	56,00
Gastos com o pessoal	807.443,52	807.443,52
Remunerações	650.743,50	650.743,50
Outros gastos	156.700,02	156.700,02
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2.193.828,00	2.193.828,00
Total das aquisições	2.911,22	2.911,22
Propriedades de investimento		

18.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	408.537,04	0,00	0,00	408.537,04
Compras	103.980,34	0,00	0,00	103.980,34
Fornecimentos e serviços externos	345.798,57	0,00	0,00	345.798,57
Aquisições de ativos fixos tangíveis	13.445,96	0,00	0,00	13.445,96
Rendimentos suplementares:	37.228,50	0,00	0,00	37.228,50
Aluguer de equipamento	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
Outros rendimentos suplementares	26.328,50	0,00	0,00	26.328,50

Informação por mercado - Quadro Comparativo (Dez 2018):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	353,77	0,00	0,00	353,77
Prestações de serviços	397.389,77	0,00	0,00	397.389,77
Compras	131.305,23	0,00	0,00	131.305,23
Fornecimentos e serviços externos	228.256,92	0,00	0,00	228.256,92
Aquisições de ativos fixos tangíveis	2.911,22	0,00	0,00	2.911,22
Aquisições de ativos intangíveis	12.682,44	0,00	0,00	12.682,44
Rendimentos suplementares:	38.991,03	0,00	0,00	38.991,03
Serviços sociais	1.105,38	0,00	0,00	1.105,38
Aluguer de equipamento	8.400,00	0,00	0,00	8.400,00
Outros rendimentos suplementares	29.485,65	0,00	0,00	29.485,65

18.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Casa do Povo apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Casa do Povo apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações contributivas nos prazos legalmente estipulados.

Existem 5 acordos de regularização de dívidas que estão a ser normalmente cumpridos.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

- Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direcção da Casa do Povo em reunião de Direcção de 08 de Abril de 2020 e autorizadas para emissão em reunião de Direcção de 2 de Julho de 2020.

19 - Outras divulgações

19.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	98.076,86	41.031,26
Imposto corrente	0,00	0,00
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	0,00	0,00

19.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	5.435,75	0,00	7.040,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3.685,11	0,00	6.174,83	3.889,44
Contribuições para a Segurança Social	0,00	104.164,18	0,00	139.347,05
Outras tributações	0,00	179,65	0,00	179,65
Total	3.685,11	109.779,58	6.174,83	150.456,14

Parecer do Conselho Fiscal

sobre o Relatório e Contas da Direcção do ano de 2019

(Elaborado de acordo com a “antiga” ortografia)

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 43.º dos Estatutos da Casa do Povo de Fermentões (ECPF) examinámos o Relatório e as Contas da Direcção do ano de 2019, compreendendo estas as Demonstrações Financeiras da Casa do Povo de Fermentões constituídas pelo Balanço em 31 de Dezembro de 2019, que apresenta o valor total de 2.383.088,61 euros, o total dos Fundos Patrimoniais de 1.766.371,21 euros, valor de que faz parte o Resultado Líquido do período de 98.076,86 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexos às Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades

2. Nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 37.º do ECPF, é da responsabilidade da Direcção a elaboração e a apresentação do Relatório e Contas, devendo estas apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Casa do Povo e o resultado das suas operações, em conformidade com a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, conforme consagra a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo.

3. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do n.º 1 art.º 43.º do ECPF e consiste na emissão de parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção e, de um modo geral, na fiscalização da sua actividade administrativa.

Âmbito

4. Manteve-se no ano a que respeitam o Relatório e Contas em análise a presença regular do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões regulares da Direcção, em consequência do amável convite do Senhor Presidente e permissão dos restantes membros, situação que nos permite ter conhecimento a todo o momento das decisões do órgão executivo da Instituição, percebendo assim da sua regularidade.

5. Também como habitualmente foram disponibilizados elementos contabilísticos sempre que este órgão os requisitou.

6. As contas apresentam um resultado que demonstra o melhoramento progressivo da gestão e apesar das vicissitudes habituais conseguiu-se ainda uma redução do Passivo, corrente e não corrente, de cerca de 200.000 euros, o que de alia a situação económica positiva a uma melhoria da situação financeira da Instituição, e se é verdade que ainda há caminho a percorrer até que estejam em dia todas as responsabilidades, é de justiça saudar o percurso já realizado, esperando que, apesar das complicações que a situação epidemiológica gerou e venha a gerar, não haja desvios significativos desta rota e que as entidades que garantem os fundos necessários à prossecução da actividade não abandonem o sector, que, com o agravamento da crise social que se avizinha, terá um papel cada vez mais determinante.

6. O Relatório e Contas da Direcção em análise mantêm congruência com os critérios adoptados sendo nossa opinião que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes e proporcionam uma base aceitável para a expressão do nosso Parecer.

Parecer

7. Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direcção do ano de 2019 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em

todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Casa do Povo de Fermentões em 31 de Dezembro de 2019 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Guimarães, 29 de Maio de 2020

O Conselho Fiscal:
Presidente

José Manuel Martins Marques

1.º Vogal

Hugo Miguel Pacheco Faria